

Registro de Reunião			
Data:	13 de março de 2026		
Reunião:	Câmara Técnica Educação Ambiental e Mobilização - CTEM		
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	
Jacqueline Guerreiro		Trama Ecológica (membro)	
Edilene Oliveira		AHOMAR (membro)	
Valéria Lima Marques de Sousa		CRBio 2ª Região (membro)	
Mara Siqueira		APALMA (membro)	
Délcio Almeida		APELT (membro)	
Bruno Veiga		APESCAPEDR (membro)	
Alejandra Irina Eismann		GEASur – Unirio (convidada)	
Celso Sánchez		GEASur – Unirio (convidado)	
Antônio Coelho		Partners (convidado)	
Rodrigo Maciel		Partners (convidado)	
Fredson Araújo		Partners (convidado)	
Rafael Santos		ACAMM (convidado)	
Aline Santos		Amupescar (convidada)	
Alexandre Anderson		AHOMAR (convidado)	
Conceição Moreira		Amupescar (convidada)	
Daize Menezes		Sindpesca RJ (convidada)	
Toani Lemos		(convidada)	
Rejany Ferreira		Redeccap (convidada)	
Marcos Jorge		AGEVAP	
Tânia Sousa		AGEVAP	
Tipo:	Videoconferência		
Início:	16h10	Encerramento	18h14
RELATO DA REUNIÃO			
Pauta:			
1. Apresentação Escopo do Projeto de Base Comunitária (AGEVAP).			



Iniciada a reunião. Jacqueline Guerreiro – Trama Ecológica esclareceu que a reunião de hoje é para tratar exclusivamente da apresentação de uma proposta inicial para o projeto piloto de educação ambiental de base comunitária e explicou aos convidados o panorama do Comitê, que é complexo, dividido em seis subcomitês e atua na RH-V. O Comitê deliberou o recurso de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para organizar um projeto piloto de educação ambiental de base comunitária. A CTEM realizou uma rodada de escuta ativa com os seis subcomitês para coletar propostas e ideias, com o objetivo de iniciar um percurso de projetos de educação ambiental de base comunitária, hoje a Delegatária vai apresentar uma proposta inicial. Passando para a apresentação, Marcos Jorge – AGEVAP apresentou a proposta, destacando que ela foi desenvolvida pela equipe de comunicação da Partners, por educadores ambientais e que atende aos critérios definidos na última reunião: ser uma contratação com foco na juventude. A proposta inicial de projeto de educação ambiental de base comunitária é baseada na metodologia de cartografia social. Jacqueline Guerreiro ressaltou a importância da presença de profissionais da educação ambiental na equipe do comitê, mencionando que a conquista desses três profissionais para o sistema de recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro foi uma luta de quase dez anos. Antônio Coelho – Partners detalhou que o projeto piloto de cartografia social será implantado na RH-V com o objetivo principal de promover o protagonismo das comunidades locais e mapear seus territórios. O projeto foca em capacitar jovens de escolas públicas para atuar na defesa dos direitos territoriais e socioambientais, com foco em clima, recursos hídricos, saneamento e escassez hídrica. Os jovens seriam, preferencialmente, de comunidades urbanas e comunidades tradicionais, com no máximo 15 por escola, e as atividades ocorreriam no contraturno escolar em nove encontros. O projeto visa identificar as percepções da comunidade, produzir mapas participativos, fortalecer a história local e estimular atividades artísticas e culturais, com a capacitação dos jovens em mapeamento e territorialidade. A metodologia envolve oficinas de mapeamento participativo com atividades comunitárias, integrando conhecimento técnico e saberes locais, e o uso da arte e história para complementar o produto, que servirá como subsídio para políticas públicas



socioambientais. O projeto prevê oito escolas contempladas, com oito oficinas mais um encontro de culminância em cada escola, e uma duração inicial de sete meses, podendo se estender conforme a necessidade. A abrangência inicial será de dois territórios no Leste, dois no Oeste e um em cada um dos outros Subcomitês (Clipe, Jacarepaguá, Sistema Lagunar de Maricá e Rodrigo de Freitas). A equipe fixa do projeto deve incluir um coordenador, arte educador, educador ambiental, técnico de geoprocessamento e um historiador/antropólogo/cientista social. A equipe temporária de dois agentes comunitários por território (total de 16) para apoio, e serviços contratados como videomaker e um intérprete de Libras. Jacqueline Guerreiro considerou pertinente explicar que a escolha por uma empresa com fins lucrativos se deu devido à gestão dos recursos do Comitê, diferenciando-a de outras rubricas que utilizam editais para organizações sem fins lucrativos. O valor de R\$ 300.000 (trezentos mil) é pequeno para abranger os seis subcomitês e, após muita discussão, foi decidido que apenas uma empresa de consultoria com expertise em educação ambiental seria capaz de estruturar o projeto piloto em alinhamento com as diretrizes de educação ambiental do Comitê. Jacqueline Guerreiro destacou que, devido ao longo tempo necessário para elaborar o Plano de Educação Ambiental, o Comitê criou diretrizes de educação ambiental de forma participativa, que são estruturantes e visionárias. Tudo o que for feito em educação ambiental no Comitê deve se alinhar a essas diretrizes, que estão em consonância com a perspectiva freiriana, o Tratado Internacional de Educação Ambiental de 1992 e visões contemporâneas como educação ambiental antirracista. Marcos Filgueiras Jorge salientou que o recurso é limitado e que, apesar da perda de um percentual para o lucro da empresa contratada, a abrangência foi definida em oito escolas para permitir a multiplicação das ações e garantir a sensibilidade no ajuste metodológico. Eles estão no limite do orçamento, e seria benéfico incorporar outra fonte de recurso para garantir a qualidade, visando até 10 escolas no mínimo, o que adicionaria um mês ao cronograma para cada duas escolas. Celso Sánchez - Geasur - Unirio, agradeceu o convite e mencionou que o Observatório da Educação Ambiental de Base Comunitária já mapeou mais de 200 territórios com experiências significativas e que eles estão à disposição para colaborar com a universidade e o grupo de



pesquisa, inclusive com a ferramenta de cartografia social. Aline Silva, pescadora, questionou qual seria o principal incentivo, além do certificado, para que os jovens participassem das oficinas durante os sete meses, já que muitos precisam ajudar seus pais no contraturno. Antônio Coelho respondeu que, a princípio, o projeto não prevê bolsa ou incentivo financeiro, focando na capacitação em mapeamento e territorialidade, aproveitando o contraturno escolar para evitar o deslocamento dos jovens. Rodrigo Maciel detalhou que o projeto não terá 7 meses inteiros, cada escola terá cerca de três semanas, com nove encontros no total. A intenção é finalizar duas escolas por mês para que o projeto seja concluído entre julho e dezembro, evitando interrupções durante as férias de verão. Aline Silva expressou preocupação de que o prazo estabelecido pudesse ser muito curto para produzir um documento tão elaborado, como a cartografia. Rodrigo Maciel explicou que o cronograma é uma adaptação de um projeto de longo prazo realizado pelo Observatório Territórios Sustentáveis da Bocaina, e foi ajustado devido às limitações de gastos e para evitar a interrupção do trabalho com as crianças durante as férias escolares. Antônio Coelho destacou que, embora o projeto tenha foco na juventude, ele não se limita ao ambiente escolar. A equipe passará duas horas por dia na escola para as oficinas, e as seis horas restantes serão dedicadas à coleta de informações no território com moradores e jovens. As informações coletadas não serão apenas relacionadas à escola, mas também à comunidade, contribuindo para o produto. Jacqueline Guerreiro mencionou uma outra rubrica de comunicação baseada em uma série de histórias em quadrinhos chamada "Lutadoras e Lutadores pelas Águas da Região Hidrográfica cinco," que será distribuída em escolas e comunidades. Eles propuseram que, como critério de seleção, as escolas deveriam ter participado da Quinta Conferência Infância Juvenil de Meio Ambiente ou outras conferências com foco no tema água, indicando que a escola já tem a importância da água incorporada em sua identidade. Jacqueline Guerreiro levantou a necessidade de detalhar aspectos mais pragmáticos, como alimentação e a questão do contraturno escolar, que precisará ser verificada em cada município. O comitê terá que levar a proposta às secretarias de educação para garantir a possibilidade de os alunos participarem das atividades do projeto no contraturno. Antônio Coelho respondeu que a ideia é



mapear e expor o que os habitantes do território consideram pertinente para que o produto sirva de base para políticas públicas. Eles confirmaram que o projeto abordará os recursos hídricos e a questão das nascentes. Em relação à cartografia, o profissional contratado (historiador, antropólogo ou assistente social) estará na comunidade para ouvir e dar voz a essas pessoas, não se limitando a pesquisas acadêmicas ou no Google. Jacqueline Guerreiro reforçou que a reunião não é apenas para perguntas e respostas, e que as reflexões levantadas deverão ser consideradas pela delegatária e equipe para uma revisão da proposta, destacando que as diretrizes de educação ambiental do comitê exigem participação, mobilização nas comunidades, articulação em redes e consideração da territorialidade e da formação das comunidades. Delcio Almeida e Mara Siqueira perguntaram se o mapeamento seria feito pelos alunos a partir de sua visão do território. Marcos Filgueiras Jorge e Rodrigo Maciel confirmaram que a cartografia será social, feita a partir da compreensão geográfica e social por quem vive no local. Um técnico de geoprocessamento fará o produto digital georreferenciado posteriormente, mas a comunidade é quem identificará os pontos de interesse, conflitos e fortalezas no mapa. Mara Siqueira perguntou sobre a consulta aos educadores populares e a possibilidade de haver historiadores populares interagindo com o historiador do projeto. Rodrigo Maciel explicou que o projeto prevê a contratação de agentes comunitários ou pesquisadores comunitários, inspirados em um projeto da Costa Verde, que são pessoas do território responsáveis pela mobilização social e que têm uma boa relação com a comunidade. Jacqueline Guerreiro reiterou que o foco do projeto piloto são as escolas, visando fortalecer o protagonismo dos alunos. A ideia é que a cartografia afetiva possibilite o diálogo intergeracional, com os alunos identificando os "griôs" e sabedores das histórias da comunidade, fortalecendo o projeto político pedagógico da escola. Rejany Ferreira buscou esclarecimentos sobre se a participação na Conferência Infanto Juvenil de Meio Ambiente seria um critério obrigatório ou preferencial para a seleção das escolas. Jacqueline Guerreiro sugeriu que esses critérios poderiam ser transformados em pontuação no edital, em vez de serem obrigatórios, para não restringir o alcance do projeto e dar flexibilidade. Todas as considerações e reflexões apresentadas pelos participantes



devem ser incorporadas ao escopo inicial do projeto. Após a inserção dessas propostas pela delegatária e pela equipe de educadores ambientais, será realizada uma nova reunião para a tomada de decisões finais. O acompanhamento do projeto envolve a fiscalização da delegatária, o que é essencial por se tratar de recurso público, e o acompanhamento feito pela própria CTEM através de um grupo de trabalho. Foi solicitada a colaboração de Alexandre, Celso e o grupo de convidados que não integram o comitê ou a CTEM para apoiar o acompanhamento do projeto, garantindo que a execução se aproxime do conceito de educação ambiental de base comunitária. A reunião foi encerrada às 18h36.

Encaminhamentos:

1. AGEVAP incorporar sugestões dos membros e reapresentar o Escopo do Projeto de Base Comunitária nesta CT. (Secretaria Executiva)

Coordenadora da reunião: Jacqueline Guerreiro.

Relator: Tânia Sousa.

